

Demonstrações Contábeis

3º trimestre de 2018



abgf

**Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**

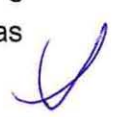
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

**AOS
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A – ABGF
BRASÍLIA – DF**

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais, da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A – ABGF**, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da ABGF é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.



Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de setembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e as informações intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós examinados e emitimos relatórios sem modificação na opinião e conclusão em 23 de fevereiro de 2018 e 10 de novembro de 2017, respectivamente, sem modificação na opinião.

São Paulo, 26 de outubro de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 5.460/0-O “T” SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2
Responsável Técnico

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	30/09/2018	31/12/2017 reapresentado		Nota	30/09/2018	31/12/2017 reapresentado
CIRCULANTE		305.489.673	316.172.530	CIRCULANTE		7.270.879	25.021.204
Caixa e equivalentes de caixa	[4]	297.390.155	313.619.439	Contas a Pagar/Fornecedores		509.224	290.776
Clientes	[5]	3.179.528	2.267.313	Obrigações trabalhistas e sociais	[10]	2.997.998	2.190.498
Tributos a recuperar	[3.12; 6]	4.235.472	128.861	Obrigações fiscais e tributárias	[3.12; 11]	3.763.657	11.720.336
Outros Créditos	[7]	684.518	156.917	Outras Obrigações		0	10.819.594
NÃO CIRCULANTE		2.654.137.446	2.505.164.149	NÃO CIRCULANTE		278.111.323	227.672.601
Investimentos em Fundos Garantidores	[8]	2.652.261.064	2.503.911.880	Obrigações fiscais e tributárias		278.111.323	227.672.601
Imobilizado	[9]	1.783.060	1.252.269	Outras Obrigações		0	0
Intangível	[9]	93.322	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.674.244.917	2.568.642.874
				Capital social	[12.a]	2.071.606.292	2.071.606.292
				Lucros/Prejuízos Acumulados	[12.b]	7.691.581	0
				Reserva Legal		3.612.058	3.612.058
				Reserva Estatutária		51.471.829	51.471.829
				Outros Resultados Abrangentes	[12.c]	539.863.157	441.952.695
TOTAL DO ATIVO		2.959.627.119	2.821.336.679	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.959.627.119	2.821.336.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 e Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 e 2017

	Nota	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	[13]	17.653.040	12.632.352	5.917.161	4.865.530
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	[14]	(14.721.049)	(11.568.209)	(4.817.003)	(4.042.330)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		2.931.991	1.064.143	1.100.158	823.200
DESPESAS OPERACIONAIS		(5.853.509)	(8.908.072)	(1.979.921)	(2.677.842)
Despesas administrativas	[15]	(221.201)	(184.203)	(27.286)	(57.291)
Despesas com pessoal	[16]	(4.785.133)	(7.425.714)	(1.672.174)	(2.261.756)
Despesas tributárias	[17]	(847.175)	(1.298.155)	(280.461)	(358.795)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		0	41.380.350	0	0
Outras receitas (despesas) operacionais		0	5.000	0	0
Resultado no Resgate de Cotas	[8]	0	41.375.350	0	0
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.921.518)	33.536.421	(879.763)	(1.854.642)
Despesas financeiras	[18]	(475.071)	(244.806)	(90.120)	(2.337)
Receitas financeiras	[18]	14.014.118	22.513.005	4.598.331	6.745.805
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		10.617.529	55.804.620	3.628.448	4.888.826
Imposto de renda e contribuição social	[11.ii]	(2.925.948)	(15.607.481)	(1.000.109)	(403.602)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[12.b]	7.691.581	40.197.139	2.628.339	4.485.224
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000	50.000	50.000
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação / ação diluída		153,8	803,9	52,6	89,7

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 e Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 e 2017

	Nota	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Lucro/(Prejuízo) do período	[12.b]	10.617.529	55.804.620	3.628.448	4.888.826
Outros resultados abrangentes		97.910.462	173.670.026	33.287.557	89.682.788
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		108.527.991	229.474.646	36.916.005	94.571.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Estatutária			
Saldo Final em 31/12/2016		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	0	189.426.874	0	2.281.380.462
Lucro do período							40.197.139	40.197.139
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes						173.670.026		173.670.026
Saldo Final em 30/09/2017		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	0	363.096.900	40.197.139	2.495.247.627
Capitalização da ABGF								
Lucro Líquido do Exercício							5.359.046	5.359.046
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reserva Legal			2.277.809				(2.277.809)	
Dividendos mínimos obrigatórios propostos							(10.819.594)	(10.819.594)
Juros sobre capital próprio							(10.819.594)	(10.819.594)
Constituição (Reversão) de Reserva de Lucros				(19.013.047)			19.013.047	
Constituição de Reserva Estatutária					51.471.829		(51.471.829)	
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes						78.855.795		78.855.795
Saldos em 31/12/2017		2.071.606.292	3.612.058	0	51.471.829	441.952.695	0	2.568.642.874
Lucro do período	[12.b]						7.691.581	7.691.581
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]					97.910.462		97.910.462
Saldo Final em 30/09/2018		2.071.606.292	3.612.058	0	51.471.829	539.863.157	7.691.581	2.674.244.917

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)
Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 e 2017

	Nota	30/09/2018	30/09/2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do período	[12.b]	7.691.581	40.197.139
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades Geradas Pelas Atividades Operacionais			
Depreciação/Amortização	[9.d]	298.981	187.898
Provisão Passivos Contingentes		0	14.850
Variações nos Ativos			
Redução (Aumento) de Clientes		(912.216)	(497.816)
(Aumento) Redução de impostos a recuperar		(4.106.611)	4.208.210
(Aumento) Redução de outros créditos		(527.601)	(462.299)
Variações nos Passivos			
(Aumento) Redução de fornecedores/contas a pagar		(10.601.144)	(6.365.205)
(Aumento) Redução de obrigações trabalhistas e sociais		807.500	897.046
(Aumento) Redução de obrigações tributárias		(7.956.680)	2.861.430
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(15.306.190)	41.041.253
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível	[9]	(923.094)	(79.131)
Resgate de Cotas de Fundos Garantidores		0	208.624.650
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(923.094)	208.545.519
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(16.229.284)	249.586.772
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		313.619.439	59.272.121
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		297.390.155	308.858.893
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(16.229.284)	249.586.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), constituída de acordo com autorização da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. Iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF é uma companhia fechada de direito privado que atua na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União, conforme estabelecido nos incisos II e III do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, além de atuar na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito de natureza comercial e/ou política e extraordinária, em operações de crédito à exportação. Atua, ainda, na prestação de garantias indiretas às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social.

A ABGF foi autorizada a emitir garantias diretas, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012, por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014. Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 13 de novembro de 2018.

3. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil estimada.

3.5 Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, cujo valor é próximo a seu valor justo.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.7 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R4), a despesa com tributos sobre o lucro (IR e contribuição social) é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Os montantes contabilizados de despesa de tributos sobre o lucro são ajustados em períodos subsequentes dentro do mesmo exercício social se as estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

3.9 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

3.10 Ativos e passivos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48, do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

(a) Ativos financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos financeiros, do fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da empresa para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo.

A Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Com base no estudo da NBC TG 48, do Conselho Federal de Contabilidade, concluiu-se que os investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes. Nosso modelo de negócios para gestão desses ativos determina que as cotas de fundos garantidores têm como objetivo a manutenção dos ativos financeiros com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, mensurados pelo seu valor patrimonial (equivalente ao seu valor justo) por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas

NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 “Reconhecimento de Receitas”)

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 47, que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, com data de início de vigência a partir de janeiro de 2018.

A ABGF celebrou contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, para análise da concessão do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia administra o Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, conforme previsto em legislação específica.

A aplicação da presente norma não modificou substancialmente os procedimentos de registro e controle dos contratos com nossos clientes, não havendo outros ativos ou passivos reconhecidos a partir dos custos para obtenção ou cumprimento do contrato além daquele referente ao preço estabelecido junto aos clientes para execução da gestão dos fundos.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”)

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48, que dispõe sobre instrumentos financeiros, com data de início de vigência a partir de janeiro de 2018.

Essa norma introduziu o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge.

A ABGF aplicou essa norma de forma antecipada com relação aos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. No reconhecimento inicial desses ativos, a Companhia apropriou esses ativos pelo custo de aquisição e a partir daí passou a mensurá-los pela avaliação patrimonial (método de equivalência patrimonial) em outros resultados abrangentes.

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. São esperados impactos no balanço da ABGF com a adoção da nova norma, uma vez que ela loca imóveis para suas operações no Rio de Janeiro e em Brasília.

A ABGF não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2018.

3.12 Representação das cifras comparativas

Com o objetivo de permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis, e como resultado da revisão dos critérios de apresentação dos ativos e passivos fiscais, em conformidade com a NBC TG 32 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), verificou-se que no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 foi compensado, para fins de divulgação, valor apropriado em tributos retidos (IR e CSLL) de competência dezembro/2017, mas somente retido pelos órgãos públicos em janeiro de 2018 quando do pagamento dos serviços prestados pela ABGF, quando se daria o direito à compensação desses valores.

Por essa razão, especificamente para fins de adequar a informação comparativa de exercícios anteriores, em conformidade com a NBC TG 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R4) - Apresentação das demonstrações contábeis, rerepresentamos as informações de 31 de dezembro de 2017. A seguir demonstramos um resumo do Balanço Patrimonial originalmente apresentado, comparativo ao Balanço Patrimonial ora rerepresentado.

ATIVO	31/12/2017 valor original	Ajuste	31/12/2017 reapresentado
CIRCULANTE	316.056.369		316.172.530
Caixa e equivalentes de caixa	313.619.439		313.619.439
Clientes	2.267.313		2.267.313
Tributos a Recuperar	12.700	116.161	128.861
Outros Créditos	156.917		156.917
NÃO CIRCULANTE	2.505.164.149		2.505.164.149
TOTAL DO ATIVO	2.821.220.518		2.821.336.679
	31/12/2017 valor original	Ajuste	31/12/2017 reapresentado
PASSIVO	24.905.043		25.021.204
CIRCULANTE	24.905.043		25.021.204
Contas a Pagar/Fornecedores	290.776		290.776
Obrigações trabalhistas e sociais	2.190.498		2.190.498
Obrigações fiscais e tributárias	11.604.175	116.161	11.720.336
Outras Obrigações	10.819.594		10.819.594
NÃO CIRCULANTE	227.672.601		227.672.601
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.568.642.874		2.568.642.874
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.821.220.518		2.821.336.679

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e Bancos	2.459	3.999
Aplicações Financeiras	297.387.696	313.615.440
	297.390.155	313.619.439

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF – DIAFI/GEFIN/NOR/001/02/O e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimentos BB PARANOÁ FIC FI CP, mantido junto ao Banco do Brasil S.A. Contribuiu para a redução nos investimentos, o pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social e a remuneração obrigatória ao acionista, referentes ao Exercício de 2017, totalizando R\$ 21,8 milhões, pagos em março e abril/2018, respectivamente.

5. Contas a receber de clientes

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato celebrado com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF) e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Legal (FESR). Todos os nossos clientes são classificados como Partes Relacionadas,

		<u>30 de setembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
SAIN/MF	(i)	2.783.926	1.354.542
FGIE – Parte Relacionada	(ii)	24.451	450.509
FESR – Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	(iii)	371.151	462.262
		<u>3.179.528</u>	<u>2.267.313</u>

- (i) Valor a receber da SAIN/MF, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE nos meses de agosto e setembro/2018;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à remuneração pela administração do Fundo no mês de setembro/2018;
- (iii) Valor refere-se à taxa de gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de setembro/2018. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017.

6. Tributos a recuperar / compensar

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições retidos da ABGF por ocasião de serviços prestados e aqueles incidentes sobre os rendimentos de aplicação financeira, quando houver.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017 reapresentado</u>
IRRF sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0
CSLL a Recuperar de Serviços Prestados	201.369	20.028
IRRF a Recuperar de Serviços Prestados	822.904	96.134
Outros Tributos e Contribuições a Recuperar	11.338	12.699
Antecipação de Tributos por Estimativa	3.199.861	0
	<u>4.235.472</u>	<u>128.861</u>

7. Outros créditos

	<u>30 de setembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes	511.650	85.222
Estoques de Material	48.164	48.791
Despesas pagas Antecipadamente	97.453	22.904
Outros	27.251	0
	<u>684.518</u>	<u>156.917</u>

- (i) O saldo de adiantamento de 13º salário, de R\$ 471,4 mil, refere-se à parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2018 e o adiantamento de férias são relativos às férias que se iniciarão nos primeiros dias do mês seguinte e que transitarão na próxima folha de pagamento. No fim do exercício, a parcela de adiantamento de 13º salário será compensada com o valor provisionado para seu pagamento. Também estão registrados R\$ 28,7 mil a título de adiantamento de diárias, alimentação e deslocamento de funcionários e administradores em viagem de interesse da ABGF, pendentes de prestação de contas.
- (ii) As despesas pagas antecipadamente referem-se a valores pagos antecipadamente cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, anuidade da Berne Union e de uso de Softwares.
- (iii) O valor registrado em estoques refere-se à material de expediente e escritório adquirido pela Companhia para uso em mais de um exercício.

8. Investimento em Fundos Garantidores

Em 13/01/2017, foi realizado resgate de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) no valor de R\$ 250 milhões, sendo R\$ 208.624.650,19 (duzentos e oito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais e dezenove centavos) em resgate de cotas pelo valor principal e R\$ 41.375.349,81 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) relativo ao ajuste positivo das cotas resgatadas.

No exercício de 2018, até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis, não ocorreu resgate de cotas dos fundos garantidores.

(a) Composição dos investimentos

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	587.490.176	567.439.941
FGO – Fundo de Garantia de Operações	471.592.725	410.211.021
FGI – Fundo Garantidor de Investimentos	822.394.098	789.954.591
FGHAB – Fundo Garantidor da Habitação Popular	770.784.065	736.306.327
	<u>2.652.261.064</u>	<u>2.503.911.880</u>

	Valor da Cota	Quantidade de Cotas	Valor de Aquisição	Ajuste a Valor Justo	Valor Atual
FGIE	5.789,06	101.482,8802	506.414.401	81.075.775	587.490.176
FGO	25,91	18.202.842,5366	203.921.703	267.671.022	471.592.725
FGI	1,45	566.604.220,4987	603.593.050	218.801.048	822.394.098
FGHab	2,20	350.359.680,9438	520.357.429	250.426.636	770.784.065
			<u>1.834.286.583</u>	<u>817.974.481</u>	<u>2.652.261.064</u>

(b) Movimentações dos investimentos

	31 de dezembro 2017	Valorização/ Desvalorização	Resgate de Cotas		30 de setembro de 2018
			Vr. Patrimonial	Aj. Positivos	
FGIE	567.439.941	20.050.236	0	0	587.490.177
FGO	410.211.021	61.381.704	0	0	471.592.725
FGI	789.954.591	32.439.507	0	0	822.394.098
FGHAB	736.306.327	34.477.737	0	0	770.784.064
	2.503.911.880	148.349.184	0	0	2.652.261.064

9. Imobilizado e Intangível

(a) Composição Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/09/2018	31/12/2017
Mobiliário em Geral	10% a 20%	211.491	(126.097)	85.394	107.376
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	256.192	(109.204)	146.988	169.954
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.469.351	(610.097)	859.254	945.750
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	45.293	(20.559)	24.734	29.189
Imobilizado em andamento	0%	666.690	0	666.690	0
		2.649.017	(865.957)	1.783.060	1.252.269

(b) Composição do Intangível

Para o grupo do Ativo Intangível foram reclassificados de acordo com a NBC TG 04 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade, os Softwares adquiridos pela Companhia e apropriados anteriormente como imobilizado.

	31/12/2017	Adições (transferência)	Amortização acumulada	30/09/2018
Intangível - Software	-	205.390	(112.068)	93.322

(c) Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2018</u>
Mobiliário em Geral	210.911	580	0	0	211.491
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	249.464	7.538	810	0	256.192
Equipamentos de Informática e Software	1.458.152	222.200	31.899	(179.102)	1.469.351
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	45.293	0	0	0	45.293
Imobilizado em andamento	0	666.690	0	0	666.690
Intangível - Software	0	26.288	0	179.102	205.390
Total do Intangível Software	0	26.288	0	179.102	205.390
Total do Imobilizado	1.963.820	897.008	32.709	(179.102)	2.649.017

(d) Movimentação da depreciação

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2018</u>
Mobiliário em Geral	103.535	22.562	0	0	126.097
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	79.510	30.302	(608)	0	109.204
Equipamentos de Informática e Software	512.402	238.022	(46.608)	(93.719)	610.097
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	16.104	4.455	0	0	20.559
Intangível - Software	0	18.349	0	93.719	112.068
Total do Intangível Software	0	18.349	0	93.719	112.068
Total do Imobilizado	711.551	295.341	(47.216)	(93.719)	865.957

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>30 de setembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>30 de setembro de 2017</u>
Provisão para férias e encargos	1.624.567	1.682.553	1.568.032
Provisão para 13º salário e encargos (i)	884.883	0	4.430
INSS a recolher	306.081	320.941	293.211
FGTS a Recolher	79.742	118.459	109.528
Rescisões a Pagar	8.061	0	0
Ressarcimento de salários cedidos	94.664	68.545	138.263
	2.997.998	2.190.498	2.113.464

- (i) O saldo de provisão para 13º salário refere-se às obrigações provisionadas para pagamento do 13º salário. No fim do exercício, a parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2018 será compensada com o valor provisionado e o saldo remanescente pago.

11. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Empresa, das retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e contratações realizadas pela ABGF e, ainda, os tributos sobre o lucro líquido.

		<u>30 de setembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>30 de setembro de 2017</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica corrente	(i)	160.825	8.787.564	94.950
Contribuição Social sobre o lucro líquido corrente	(i)	183.217	2.242.611	210.749
Provisão Imposto de Renda	(ii)	2.132.595	0	11.441.333
Provisão Contribuição Social	(ii)	793.353	0	4.166.146
COFINS s/ Faturamentos a Recolher		142.840	184.460	151.705
PIS s/ Faturamento a Recolher		28.050	36.489	28.702
ISS s/ Faturamento a Recolher		18.148	42.413	43.978
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher		214.819	377.809	195.738
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher		57.725	41.198	11.976
ISS Retenções a Recolher		6.637	2.294	1.781
INSS retido a Recolher		25.448	5.498	3.905
Outros Impostos e Taxas a Recolher		0	0	102
		<u>3.763.657</u>	<u>11.720.336</u>	<u>16.351.065</u>

(i) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido corrente referem-se aos tributos sobre o lucro pagos por estimativa, que serão liquidados no mês seguinte, assim como os tributos sobre o lucro relativo a ajuste anual, pagos no exercício seguinte, até o último dia útil do mês de março. A ABGF é tributada pelo lucro real anual, com pagamento mensal por estimativa, de acordo com legislação vigente.

(ii) As provisões do IRPJ e da CSLL em períodos intermediários são realizadas em conformidade com a NBC TG 21 (R3) – DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, apuradas pela alíquota média anual estimada e serão ajustadas quando do encerramento do exercício.

12. Patrimônio líquido

		<u>30 de setembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>30 de setembro de 2017</u>
Capital Social		2.071.606.292	2.071.606.292	2.071.606.292
Reserva Legal		3.612.058	3.612.058	1.334.249
Reserva de Retenção de Lucros		0	0	19.013.047
Reserva Estatutária		51.471.829	51.471.829	0
Resultado Acumulado		7.691.581	0	40.197.139
Outros Resultados Abrangentes		539.863.157	441.952.695	363.096.900
		<u>2.674.244.917</u>	<u>2.568.642.874</u>	<u>2.495.247.627</u>

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 2,071 bilhões (dois bilhões e setenta e um milhões), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.432,1258/por ação.

(b) Resultado do período

O resultado do período de janeiro a setembro de 2018 foi de R\$ 10,6 milhões, antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social. Esse resultado foi impactado, principalmente pelo resultado financeiro de R\$ 13,5 milhões. As receitas com prestação de serviços tiveram aumento de 39,7% se comparada com o mesmo período de 2017 (R\$ 20,6 milhões em 2018 e R\$ 14,7 milhões em 2017).

O Resultado antes dos Impostos e Contribuições está apresentado a seguir:

<u>01 de janeiro a 30 de setembro</u>		<u>Trimestre findo em</u>	
<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
10.617.529	55.804.620	3.628.448	4.888.826

(c) Resultado abrangente

Os ajustes de avaliação patrimonial referente aos investimentos em cotas de fundos garantidores, avaliados a valor justo e registrados em outros resultados abrangentes líquidos dos efeitos tributários, conforme Nota 3.12, estão demonstrados a seguir.

	<u>30 de setembro</u>	<u>31 de dezembro</u>
	<u>de 2018</u>	<u>de 2017</u>
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	53.510.011	40.276.856
FGO - Fundo de Garantia de Operações	176.662.874	136.150.949
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	144.408.692	122.998.617
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular	165.281.580	142.526.273
	<u>539.863.157</u>	<u>441.952.695</u>

13. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à SAIN/MF, relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A remuneração da ABGF, relativamente aos serviços prestados pela administração do FESR, teve início em junho de 2017, em função da edição do Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, que dispõe sobre a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo.

A seguir quadro demonstrativo da receita bruta e líquida:

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2018	de 2017	de 2018	de 2017
Receita operacional Bruta	20.586.635	14.731.605	6.900.479	5.674.087
FGE (i)	14.468.712	11.097.255	4.881.228	3.530.660
FGIE – Parte Relacionada (ii)	2.452.490	2.345.005	717.729	1.054.827
FESR (iii)	3.665.433	1.289.345	1.301.522	1.088.600
(-) Deduções da Receita	(2.933.595)	(2.099.253)	(983.318)	(808.557)
COFINS	(1.564.584)	(1.119.602)	(524.436)	(431.231)
Pis/Pasep	(339.679)	(243.071)	(113.858)	(93.622)
ISS	(1.029.332)	(736.580)	(345.024)	(283.704)
Receita operacional Líquida	17.653.040	12.632.352	5.917.161	4.865.530

14. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SAIN/MF, para o FGIE e para o FESR.

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2018	de 2017	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal	11.883.136	8.750.394	3.818.360	3.067.973
Despesas administrativas	2.837.913	2.817.815	998.643	974.357
	14.721.049	11.568.209	4.817.003	4.042.330

15. Despesas administrativas por natureza

		01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
		de 2018	de 2017	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
Viagens e Representações	(i)	477.651	412.850	147.505	137.990
Serviços de Terceiros	(ii)	422.553	558.381	145.805	223.783
Ocupação	(iii)	1.055.018	1.117.296	369.282	353.825
Despesas Gerais	(iv)	892.616	808.896	292.780	277.210
Créditos tributários	(v)	(87.705)	(83.303)	(30.708)	(25.004)
Depreciação		298.981	187.898	101.265	63.844
Total		3.059.114	3.002.018	1.025.929	1.031.648
Gastos administrativos alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)		2.837.913	2.817.815	998.643	974.357
Despesas Administrativas		221.201	184.203	27.286	57.291

(i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados às viagens a serviço de interesse da Empresa;

- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínios das Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília, serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do PIS/Pasep e COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

16. Despesas com pessoal por natureza

	01 de janeiro a 30 de setembro		Trimestre findo em	
	de 2018	de 2017	30/09/2018	30/09/2017
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios	13.909.585	13.616.914	4.584.740	4.569.510
Salários e Ordenados	8.114.499	7.805.019	2.643.539	2.635.450
Encargos Sociais	2.571.008	2.663.825	874.035	902.037
Provisões Trabalhista e Previdenciária	2.222.887	2.205.564	743.451	719.439
Benefícios Empregados	978.796	933.408	316.250	309.551
Ressarcimento de Cedidos	13.297	0	4.432	0
Saúde e Segurança do Trabalho	9.098	9.098	3.033	3.033
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	2.758.684	2.559.194	905.794	760.219
Honorários do Conselho de Administração	223.998	212.781	79.417	69.236
Honorários do Conselho Fiscal	111.660	113.017	35.297	36.654
Honorários da Diretoria Executiva	748.201	864.343	255.866	234.482
Honorários do Comitê de Auditoria	158.835	0	79.418	0
Encargos Sociais Sobre Honorários	309.574	343.480	80.690	93.362
Provisão Trabalhista e Previdenciária	174.341	53.279	38.700	6.513
Benefícios Diretor	136.935	109.728	47.729	31.688
Ressarcimento Diretores	895.140	862.566	288.677	288.284
Total	16.668.269	16.176.108	5.490.534	5.329.729
Gastos com pessoal alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	11.883.136	8.750.394	3.818.360	3.067.973
Despesas com pessoal	4.785.133	7.425.714	1.672.174	2.261.756

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A ABGF ressarcie às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela SEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “e”:

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 33,6 mil e R\$ 8,08 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 47,6 mil e R\$ 45,5 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 15,4 mil e R\$ 46,0 mil,

Nas remunerações informadas **estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente** percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

17. Despesas tributárias

		01 de janeiro a 30 de setembro de 2018	de 2017	Trimestre findo em 30/09/2018	30/09/2017
IPTU	(i)	45.867	34.080	19.482	11.360
Impostos e Taxas Diversas	(ii)	26.273	15.461	11.886	4.897
Pis/Pasep e COFINS s/ Receitas Financeiras	(iii)	651.652	1.046.761	213.818	313.586
Taxa de Fiscalização Susep	(iv)	115.485	109.981	28.681	26.222
Contribuição Sindical	(v)	0	86.140	0	0
CIDE	(vi)	7.898	5.732	6.594	2.730
Total		847.175	1.298.155	280.461	358.795

(i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis onde funcionam as Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência.

(ii) Refere-se a tributos incidentes operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;

(iii) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

(iv) Taxa de fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do 1º mês do trimestre, e apropriada mensalmente por competência;

(v) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na Conta Especial Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

(vi) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

18. Resultado financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4.

O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema

Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar.

As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

O Resultado financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir.

	<u>01 de janeiro a 30 de setembro de 2018</u>	<u>de 2017</u>	<u>Trimestre findo em 30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Rendimento de Aplicações Financeiras	14.013.252	22.199.581	4.598.437	6.742.505
Atualização Financeira	105	0	105	0
Juros Ativos	761	313.424	(211)	3.300
Receitas Financeiras	<u>14.014.118</u>	<u>22.513.005</u>	<u>4.598.331</u>	<u>6.745.805</u>
Despesas Financeiras	<u>(475.071)</u>	<u>(244.806)</u>	<u>(90.120)</u>	<u>(2.337)</u>
Resultado Financeiro	<u>13.539.047</u>	<u>22.268.199</u>	<u>4.508.211</u>	<u>6.743.468</u>

19. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Segundo dados atualizados pela Superintendência Jurídica (SEJUR) até setembro/2018, existem atualmente cinco ações judiciais em curso promovidas contra a ABGF, no valor total de R\$ 251.118,40, das cinco ações, que têm por objeto comum a indenização por morte no valor de R\$ 13.500,00, decorrente do seguro DPEM, duas buscam também indenizações por danos morais motivadas pelos mesmos fatos, nos montantes de R\$ 74.494,40 e R\$ 134.124,00. A probabilidade de perda quanto aos pedidos relativos a danos morais foi considerada REMOTA e POSSÍVEL quanto aos demais.

20. Eventos subsequentes

Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis não foram identificados eventos significativos que viessem alterar significativamente a posição financeira e econômica da empresa.

* * *

Guilherme Estrada Rodrigues
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
Diretor de Operações

Helena Mulim Venceslau
Diretora de Análise de Mercado e de Risco

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF / CPF: 365.527.046-15

